

REVISTA JURÍDICA PORTUCALENSE N.º 19

EDITORIAL

Como é habitual, o n.º 19 da Revista Jurídica Portucalense é composto pelas secções “Investigação Científica” e “Varia”, sendo a primeira constituída por cinco artigos doutriniais sujeitos ao processo “double blind peer review”.

Abre com o estudo de DIOGO FIGUEIREDO PERFEITO DIAS FERREIRA, que analisa ao pormenor, no seu artigo *República e idealismo: o projeto de Constituição de Fernão Botto Machado e a Constituição Política de 1911*, a mudança de regime político trazida pela revolução republicana de 5 de outubro de 1910, que postulou, naturalmente, a modificação do subjacente quadro jurídico-constitucional.

Segue-se FRANCISCO SERRA LOUREIRO sobre *O impacto da globalização no Direito Tributário* que pretende demonstrar o impacto que a globalização económica tem, atualmente, sobre o Direito Tributário, uma área do Direito tradicionalmente incluída no Direito Público que ganha hoje contornos de Direito Privado através de características impensáveis, há não muito tempo atrás. Novos desafios são colocados por uma sociedade pródiga em novos acontecimentos e o legislador é obrigado a encontrar soluções efetivas para as novas realidades com que se depara.

No terceiro trabalho, de MANUEL GONÇALVES REBELO e MÁRCIO RICARDO FERREIRA FERNANDES, com o título *O(s) Juiz(es) legiferante(s)!? – Os bancos (credores hipotecários) que se cuidem!* observa-se que a comunidade jurídica foi apanhada de surpresa quando, contrariando a habitual tendência jurisprudencial, o Tribunal Judicial de Portalegre, num processo de inventário em consequência de um divórcio, decidiu que a adjudicação do imóvel habitacional ao credor hipotecário (Banco) extingua, por se entender liquidada a dívida com a entrega do imóvel, o remanescente da dívida decorrente do contrato de crédito que financiou a aquisição da habitação.

O estudo de MARIA CLARA DONATO ALVES reporta-se aos *Princípios Gerais do Direito Internacional do Trabalho e a Repercussão do Surgimento da OIT no Ordenamento Jurídico Brasileiro* para analisar a linha histórica de

desenvolvimento do Direito Internacional do Trabalho, desde as suas primeiras regulamentações até à sua função e aplicabilidade nos dias atuais, debruçando-se sobre a Organização Internacional do Trabalho.

Por último, MIGUEL RÉGIO DE ALMEIDA apresenta *A vida nua do estrangeiro-polites: da anomia da CEDH ao apelo cosmopolita*, que, através de uma abordagem partidária do pensamento crítico do Direito, propõe uma reflexão sobre a anomia criada atinente à restrição da cidadania ativa dos estrangeiros.

Publicam-se também as *Atas da conferência “Direito do Trabalho - Entre a crise e a Liberalização” “Análise às recentes alterações”* com os seguintes artigos completos: *Saldo laboral, pré e pós-troika* por NUNO CEREJEIRA NAMORA; *Decisão administrativa: coima, sanções acessórias e pagamento de quantitativos aos trabalhadores* por JOÃO SOARES RIBEIRO; *O pós-troika, o que mudou nos despedimentos* por SOFIA PAMPLONA; *A extinção do posto de trabalho: a influência da troika* por SÉRGIO TENREIRO TOMÁS; e *Aquisição de factos no processo de trabalho: impacto do novo processo civil e poderes do juiz* por LUÍS FILIPE BRITES LAMEIRAS.

Finalmente, na secção “Varia”, DORA RESENDE ALVES apresenta uma *Resenha de direito da União Europeia* com normas da atualidade do Direito da União Europeia, por consulta ao Jornal Oficial da União Europeia.

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt